



22142/2011/001/2011  
1

Processo: 22142/2011/001/2011  
Documento: R224626/2012

Pág.: 732

**WILSON CAMPOS**  
Advocacia e Consultoria Jurídica

**EXMO. SENHOR SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DE MINAS GERAIS – COPAM.**



**Proc. Nº 22142/2011/001/2011.**

**JARBAS GONÇALVES RIBEIRO**, brasileiro, casado, aposentado, título de eleitor nº 149975102/72, Carteira de Identidade nº M. 379.015, CPF nº 013.812.106-00, residente e domiciliado na Rua Musas, nº 206, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.360-660; **ROSANA CARVALHO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, professora, título de eleitor nº 684108502/99, Carteira de Identidade nº M.1035115, CPF nº 520.793.336-15, residente e domiciliada na Rua Musas, nº 194, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.360-660; **ARLETE LANZA BARBOSA SANTANA**, brasileira, casada, professora, título de eleitor nº 047258410213, Carteira de Identidade nº M. 1523294, CPF nº 371.797.806-10, residente e domiciliada na Rua Musas, nº 280, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.360-660; **JACYNTHO JOSÉ LINS BRANDÃO**, brasileiro, casado, professor, título de eleitor nº 57640360205, Carteira de Identidade nº M.229591, CPF nº 198.719.296-68, residente e domiciliado na Rua Musas, nº 250, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.360-660; **FÁBIO DINIZ FARIA**, brasileiro, solteiro, comerciante, título de eleitor nº 288876832/99, Carteira de Identidade nº MG. 2147755, CPF nº 316.401.416-34, residente e domiciliado na Rua Musas, nº 230, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.360-660; **todos moradores da Rua Musas e em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos**, pelo advogado *in fine* assinado, *ut* instrumento de procuração em anexo, com escritório à Avenida General Olímpio Mourão Filho, nº 70, Bairro Planalto, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.720-200, onde recebe intimações e avisos, vem, respeitosamente, com amparo nos artigos 19 a 25 do Decreto nº 44.844 de 25/06/2008; artigos 60 e 63 a 66 da Deliberação Normativa COPAM nº 177 de 22/08/2012, tempestivamente, no prazo legal oferecido pela publicação no Diário do Executivo do “Minas Gerais” de 27/09/2012, **propor o presente RECURSO contra a decisão de concessão de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação de empreendimento de Mais Invest Empreendimentos e Incorporações S/A – Parc Etoile, processo em epígrafe, aprovação realizada no dia 24/09/2012 na 57ª Reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas (URC Velhas) do COPAM, pelas seguintes razões de fato e de direito a seguir aduzidas:**



## **I) DO CABIMENTO DO RECURSO**

Os Recorrentes se amparam na legislação editada por este Conselho, como bem descrita no preâmbulo e nesse sentido a DN nº 177/2012 que estabelece o Regimento Interno do COPAM:

### Capítulo VIII - Dos Recursos

#### Seção I

#### Dos Recursos Quanto à Regularização Ambiental.

Art. 60 - Compete à Câmara Normativa e Recursal - CNR do Copam decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa ao requerimento de licença ambiental concedida pela URC, admitida reconsideração por estas unidades.

Parágrafo único. O juízo de admissibilidade do recurso a que se refere o *caput* compete ao Secretário Executivo do Copam.

Art. 61 - Compete à URC do Copam decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa ao requerimento de Autorização Ambiental de Funcionamento concedida pela Supram, admitida a reconsideração pelo Superintendente.

Parágrafo único. O juízo de admissibilidade do recurso a que se refere o *caput* compete ao Presidente da URC.

Art. 62 - Compete à URC do Copam decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa às deliberações das COPAs, admitida reconsideração por estas unidades.

Parágrafo único. O juízo de admissibilidade do recurso a que se refere o *caput* compete ao Presidente da URC.

Art. 63 - O prazo para interposição do recurso contra decisão referente aos artigos 60, 61 e 62 é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão, conforme disposto no Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008.

Art. 64 - O recurso será interposto por meio de requerimento fundamentado, dirigido às instâncias competentes a que se referem os artigos 60, 61 e 62, devendo o recorrente atender as disposições contidas nos artigos 22, 23, 24 e 25 do Decreto Estadual nº 44.844/08.

Art. 65 - O recurso será submetido preliminarmente à análise da instância competente que exarou a decisão, que, entendendo cabível, reconsiderará a sua decisão.



**WILSON CAMPOS**  
**Advocacia e Consultoria Jurídica**

3

Processo: 22142.2011/001.2011  
Documento: R224626.2012



Pág.: 734

§1º - O prazo para inclusão em pauta do recurso será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do decurso do prazo previsto no artigo 63 deste Regimento Interno, para reconsideração da instância originária.

§2º - Não havendo reconsideração na forma prevista no *caput*, o recurso será pautado em até 60 (sessenta) dias, contados a partir do decurso do prazo previsto no artigo 63 deste Regimento Interno, para apreciação da instância competente a que se referem os artigos 60, 61 e 62.

Art. 66 - Interposto recurso por terceiro interessado, nos termos do artigo 22, incisos II e III, do Decreto nº 44.844/08, será o empreendedor notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, apresentar a sua manifestação, por escrito, acerca do recurso.

**Portanto, cabível, pertinente e tempestivo o RECURSO, posto que a decisão foi publicada no Diário do Executivo do "Minas Gerais" de 27/09/2012.**

## **II) DOS FATOS**

No dia 24 de setembro de 2012, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas (URC Velhas) deste COPAM, para tratar do processo administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação da pessoa jurídica Mais Invest Empreendimentos e Incorporações S/A – Parc Etoile, marcada para as 13:30 horas, na Rua Espírito Santo nº 495, 4º andar (plenário), Centro, Belo Horizonte/MG, que determinou na 57ª Reunião Ordinária a concessão da licença, com a inclusão de condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor no prazo de sessenta dias.

Ocorre, senhor Secretário, que a reunião que era para ser democrática, transparente e regida pelos princípios norteadores da administração pública, se deu num ambiente de autoritarismo, tergiversação e desobediência aos dispositivos legais, **quando os conselheiros e a presidência dos trabalhos não seguiram as regras do regimento interno do COPAM e as desobedeceram quanto ao horário de início efetivo da reunião, a realização da exposição de motivos da licença, o conhecimento adequado dos pareceres constantes do processo administrativo e o tempo de pronunciamento igual para as partes interessadas.**

**A reunião pública marcada para as 13:30 horas somente teve início às 14:45 horas, ou seja, com 1h15 minutos de atraso,** após a chegada às pressas de uma conselheira que provavelmente foi contatada de última hora para compor o número de conselheiros que atendessem a quem quer que seja, menos a sociedade representada pelas comunidades ali presentes.



**A infração cometida na reunião, no que respeita ao cumprimento do horário, está prevista no artigo 18 da DN 177/2012 e se apresenta no mínimo grave, quando deveria ter sido cancelada e não o foi por preciosismo particular de alguns conselheiros e da presidente da mesa que postergou ao máximo o horário de início dos trabalhos, até que o quórum fosse alcançado, aos sobressaltos, rompendo com o estabelecido no regimento interno que manda aguardar no máximo 30 (trinta) minutos. O atraso prejudicou a oitiva de técnicos que se retiraram em função da longa demora, o que prejudicou enormemente o fornecimento de dados importantes antes da deliberação do Conselho.**

Outro fator de relevante importância para as comunidades e principalmente para os moradores da Rua Musas seria a liberação da ata da reunião anterior (56ª reunião, realizada em 27/08/2012) a tempo de se analisar os tópicos conflitantes para discussão na 57ª reunião plenária do dia 24/09/2012. Isto não ocorreu, ou seja, o COPAM não disponibilizou a ata a tempo das entidades e dos moradores se inteirarem do teor da mesma. **E o fato se repetiu agora, quando somente às vésperas do vencimento do prazo de recurso a ata foi disponibilizada, mas sem a transcrição das participações das partes interessadas, sem os registros de protestos quanto ao horário não respeitado, sem o cumprimento do quórum exigível pelo regimento interno, sem a votação com justificativa dos conselheiros e sem o conhecimento técnico necessário dos conselheiros a respeito do que estavam votando. TUDO ISTO FOI REQUERIDO PELA ORDEM, DURANTE A REUNIÃO, MAS NÃO FOI ACATADO PELA MESA DIRETORA E NÃO CONSTOU DA ATA.**

A impugnação requerida pelas comunidades e pelos moradores da Rua Musas não foi acatada e o cerceamento à defesa dos mesmos ficou evidente quando a presidente da reunião ameaçou esvaziar o plenário e retirar as pessoas que questionavam e pediam por mais transparência e lisura no processo de votação das licenças. **Aqui, mais uma vez a tênue democracia brasileira mostrou sua face negativa e a razão de não ser ainda uma democracia plena e verdadeira.**

As atas não poderiam ter sido aprovadas e assinadas enquanto restassem dúvidas dos conselheiros a respeito da efetividade dos pareceres componentes do processo administrativo, mesmo porque alegados de difícil compreensão por parte de alguns conselheiros que reconheceram a complexidade do tema que envolve órgãos públicos municipais, estaduais e federais e empresas concessionárias estaduais nas diversas áreas da prestação de serviços públicos. **Repita-se que alguns conselheiros revelaram em alto e bom som que não dispunham de conhecimentos técnicos para opinarem sobre pareceres juntados no processo em questão. Ora, ainda assim votaram pela concessão da licença, embora tenha havido duas abstenções e dois abandonos de plenário durante as discussões, sendo um deles do Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier, que registrou a sua saída da reunião se dizendo revoltado de**





**como a audiência e a avaliação do processo estavam sendo conduzidos e, portanto, se posicionando contrário ao empreendimento.**

Assim, como votar um empreendimento de tão grande impacto com uma composição tão desencontrada e diminuta? Onde estavam os demais conselheiros? Por qual motivo não compareceram?

**A ata da 57ª reunião não traduz a inteireza destes fatos, quando deveria tê-lo feito na sua transcrição na íntegra e não de forma editada, aos pedaços, sem a sua completude, como que a esconder a realidade dos fatos acontecidos e presenciados por um auditório lotado de cidadãos, ou quiçá contribuintes, na essência da qualificação de quem efetivamente paga a conta dos gastos públicos nos três Poderes.**

Os conselheiros do COPAM não levaram em conta a Recomendação Conjunta nº 15/2012 do Ministério Público de Minas Gerais que resolveu à vista das ilegalidades e irregularidades apresentadas no processo, recomendar aos senhores membros do COPAM – URC RV que se abstivessem de conceder licença prévia e licença de instalação ao empreendimento de Mais Invest – Parc Etoile e Hotel Hyatt. **Ao contrário, os conselheiros ignoraram a recomendação ministerial e ainda se sentiram ofendidos quando o MPMG os alertou para os crimes previstos na Lei nº 9.605/98, os quais estariam sendo cometidos caso insistissem na desobediência às normas ambientais.**

Diante desta possibilidade real de chamamento dos senhores conselheiros à lide, por improbidade administrativa e/ou por ações em desacordo com as leis ambientais, foi convidada a emitir parecer a Advocacia Geral do Estado - AGE. No entanto, na 57ª reunião a direção da mesa se dignou apenas a dizer aos presentes que a AGE teria informado que não haveria problemas maiores e que o procedimento do COPAM estaria correto. **A nota jurídica da AGE não foi lida na íntegra, ou melhor, sequer foi lida, posto que o desconhecimento dos termos da mesma fosse geral entre os interessados moradores da Rua Musas e seu entorno, entre os Presidentes de Associações de Moradores da região afetada, dentre outros presentes nas pessoas de especialistas e representantes do IAB, partes interessadas no processo, inclusive legitimados em ações judiciais que movem contra o Município de Belo Horizonte pelas irregularidades e ilegalidades que também se fizeram citadas da mesma forma, na Recomendação do Ministério Público Estadual, e alertado à Presidência da Mesa e Conselheiros nas reuniões do dia 27 de agosto de 2012 e na reunião em comento de 24/09/2012.**

Alguns dias depois de realizada a reunião foi disponibilizada a nota jurídica da AGE, juntada no processo administrativo. A Advocacia Geral do Estado ao ser chamada a opinar sobre a Recomendação do MPMG se reportou em vários quesitos sem, contudo, se basear em laudos técnicos próprios ou de sua equipe. O que se verifica ao longo da nota jurídica da



AGE são pontos de vista contrários aos bem embasados fundamentos das promotorias acompanhados de nota técnica da arquiteta urbanista do MPMG.

A Advocacia Geral do Estado, *permissa venia*, se limita a desconsiderar sem muita convicção alguns argumentos do MPMG, que acabam se tornando ainda mais robustos, uma vez que a base jurídica das promotorias não é contestada. Ao contrário, a AGE em sua conclusão assim se pronuncia: "...ao revés, levantam discussões jurídicas que podem e devem ser consideradas e refletidas pelos conselheiros anteriormente à deliberação". **Portanto, a AGE reconhece que os conselheiros precisariam preliminarmente à concessão de licença analisar com muito cuidado as teses jurídicas levantadas pelo MPMG.** No entanto, obstinados pela aprovação, os senhores conselheiros, *data maxima venia*, fizeram ouvidos moucos às considerações do MPMG e ao alerta da AGE e preferiram o benefício ao empreendimento em prejuízo das comunidades e moradores, concedendo a licença prévia e licença de instalação.

Dentre tantas irregularidades apontadas pelo órgão ministerial estão as de acesso para o hotel, apart-hotel, restaurante, centro de convenções e lojas pela Rua Musas, uma via local, predominantemente residencial e constituída por unidades unifamiliares. **A Lei 7.166/1996 com alterações da Lei 9.952/2010 não autoriza os usos "centro de convenções" e "lojas" para as pretendidas áreas a serem construídas em rua com características às da Rua Musas, sendo que para tal expediente se faria necessário prévia anuência da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, nos termos da Lei Federal 6.766/1979.**

Somam-se a estas irregularidades as referentes à falta de certeza dos responsáveis pelo empreendimento no que trata do escorregamento e da contaminação do lençol freático. Na reunião, um dos técnicos do empreendimento disse que o lençol freático não será atingido apesar de a obra prever a execução de 6 (seis) subsolos. Logo a seguir, arguido por conselheiro (que se absteve na votação se dizendo muito preocupado com a Recomendação do MPMG) da certeza desta afirmação, esse técnico titubeou e declarou, chamando a atenção de todos, de que poderá haver impacto "pouco significativo" no lençol freático.

**Ora, "pouco significativo"? Em engenharia é necessário precisão, pois vidas estão em risco e o duvidoso não pode ser admitido. Mais uma vez questionado a respeito dos riscos desse evento danoso ao meio ambiente, o técnico disse que poderia ocorrer a contaminação do lençol freático. Enfim, depois de muitas divagações foi de fato reconhecido que o lençol freático será atingido.**

**Inúmeras outras irregularidades e ilegalidades estão registradas nas Considerações do MPMG (doc. juntado no processo), para as quais se**



# WILSON CAMPOS

## Advocacia e Consultoria Jurídica

7

pede a atenção especial dos senhores Secretários de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para que se evite um dano irreparável à cidade, ao povo e ao meio ambiente.

**A 57ª reunião do COPAM – URC RV foi encerrada sob protestos diversos dos presentes que se indignaram com a condução nada democrática dos trabalhos, nas dependências de uma instituição pública mantida com o dinheiro do povo,** procedendo os conselheiros como que numa clara preferência pela aprovação do empreendimento em detrimento do interesse público, apesar das irregularidades e ilegalidades demonstradas pelo MPMG, das falhas detectadas nos pareceres dos órgãos participantes que admitiram mudanças no parcelamento do solo, do desconhecimento técnico dos conselheiros a respeito da matéria processual a ser votada e dos enormes prejuízos ao meio ambiente e aos recursos naturais.

É sabido que o COPAM tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sobre a sua aplicação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por meio das entidades a ela vinculadas, dos demais órgãos seccionais e dos órgãos locais, competindo-lhe as atribuições previstas no art. 4º do Decreto nº 39.490, de 13 de março de 1998.

Também é sabido que as Unidades Regionais Colegiadas (URC) são unidades deliberativas e normativas, encarregadas de analisar e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, planos, projetos e atividades de proteção ambiental com a legislação aplicável e propor, sob a orientação do Plenário do COPAM e da CNR, as políticas de conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. As URC devem ainda propor políticas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; propor normas e padrões de proteção e conservação do meio ambiente, no âmbito de sua atuação, observada a legislação vigente.

**Diante disso, fica caracterizada a não permissão de o COPAM ou suas URC trabalharem contra o meio ambiente, contra a sociedade ou contra o desenvolvimento sustentável.**

### III) DO DIREITO

INVOCADOS os textos legais norteadores da defesa do Direito do Ambiente e considerando o artigo 225 da CF/88, o artigo 214 da Constituição Estadual, a Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, o artigo 23, incisos III, VI e VII da CF/88, e a Lei 7.166/1996 – Lei de Uso e Ocupação do Solo de BH, que por uma questão de razoabilidade, economia e celeridade